

## <u>PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ</u>

Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### PREGÃO ELETRÔNICO nº. 004/2022

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 104/2022 EDITAL RETIFICADO N° 051/2022

#### 1. PREÂMBULO

- 1.1. O <u>MUNICÍPIO DE TABAPUÃ</u>, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 45.128.816/0001-33, com sede administrativa no Paço Municipal, localizado na Avenida Rodolfo Baldi, nº 817, Centro, na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo, torna público que se encontra aberto o certame licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO, tendo por objeto a aquisição de <u>uma retroescavadeira nova</u>, em conformidade com as descrições especificadas neste edital e em seus anexos.
- 1.2. Este certame será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 com suas alterações contidas na Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 081/2020, de 03 de julho de 2020, que regulamenta o pregão eletrônico no município, e Portaria nº. 184/2021, de 06 de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- **1.3.** Integram este edital os seguintes anexos:
  - 1.3.1. Anexo I Termo de Referência;
  - 1.3.2. Anexo II Modelo de Proposta;
  - 1.3.3. Anexo III Modelo de Procuração;
  - 1.3.4. Anexo IV Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
  - 1.3.5. Anexo V Declaração de enquadramento ME/EPP;
  - 1.3.6. Anexo VI Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal:
  - 1.3.7. Anexo VII Minuta do Contrato:
  - 1.3.8. Anexo VIII Termo de Ciência e Notificação do Estado de São Paulo.
- 1.4. O PREGÃO, conforme designação contida nos autos do processo, será conduzido pelo PREGOEIRO, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões BLL www.bll.org.br.

#### 2. <u>DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO</u>

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases através do sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões BLL, conforme página eletrônica.
- **2.2.** O pregão será realizado na data e horário de recebimento, abertura e início da sessão de disputa de preços nos termos do quadro abaixo:



# <u>PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ</u>

Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

			Data	Horário
Cadast	ro das	Início	08/07/2022	11h00min
propo	ostas	Término	10/08/2022	09h00min
Abertur	a e exa	me das propostas	10/08/2022	09h01min
Início d	a sessã	o de lances	10/08/2022	09h31min
Local:	Bolsa c	le Licitações do Brasil	- www.bll.org.b	or

**2.3.** Para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### 3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021- Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

#### 4. DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

**4.1.** A despesa total estimada onerará os recursos orçamentários e financeiros, a saber:

Órgão:02 — Poder Executivo: 02.10.01-Diretoria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Rural — Programa: 20.606.0026.2069 — Promoção e Apoio às Atividades da Agricultura — Categoria Econômica da Despesa: 4.4.90.52 — Equipamentos e Material Permanente.

FONTE DE RECURSOS: 01 - Tesouro.

FONTE DE RECURSOS: 05-Transferências e Convênios Federais - 100.191 – Convênio MAPA n.º 915875-2021.

#### 5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- **5.1.** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições definidas no art. 17 e 18, do Decreto n.º 10.024 de 20 de setembro de 2019:
  - 5.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
  - 5.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
  - 5.1.3. Abrir as propostas de preços;
  - 5.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
  - 5.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
  - 5.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
  - 5.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
  - 5.1.8. Declarar o vencedor:
  - 5.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
  - 5.1.10. Elaborar a ata da sessão;
  - 5.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 5.1.12. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.
- **5.2. Caberá ao licitante** interessado em participar do pregão:
  - 5.2.1. Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;
  - 5.2.2. Remeter, no prazo estabelecido, via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
  - 5.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
  - 5.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão:
  - 5.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
  - 5.2.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
  - 5.2.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- **5.3.** A participação no Pregão, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 5.4. É <u>vedado ao fornecedor identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.</u>
- 5.5. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio da PLATAFORMA, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

#### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **6.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 6.2. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
  - 6.2.1. A participação do licitante no presente certame significará que tomou conhecimento de todas as informações que julgaram necessárias, e que examinou o conteúdo deste Ato Convocatório, Anexos e Proposta de Preço e os encontrou corretos e que aceita integral e irretratável, os seus termos.
  - 6.2.2. O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 6.2.3. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ/SP está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- 6.2.4. O Licitante deverá cumprir o regulamento do sistema eletrônico de licitações, ficando a cargo exclusivo do licitante qualquer responsabilidade decorrente das obrigações assumidas com a promotora do sistema.
- 6.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no respectivo anexo para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.
- **6.4.** Não poderão participar dessa licitação os interessados:
  - 6.4.1. Suspensos temporariamente de participar em licitação na Prefeitura Municipal de Tabapuã, declarados inidôneos para contratar com a Administração Pública ou penalizados por prática de quaisquer dos atos previstos no artigo 7° da Lei Federal n° 10.520/02;
  - 6.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 6.4.3. Concordatários ou sob processo falimentar, facultada a participação de empresa que esteja em recuperação judicial, mediante apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da Súmula 50 do TCE;
  - 6.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 6.4.5. Direta ou indiretamente, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
  - 6.4.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo 1 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
  - 7.1.1. O licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
  - 7.1.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
  - 7.1.3. Chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL Bolsa de Licitações e Leilões.
  - 7.1.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante,



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- não cabendo a BLL Bolsa de Licitações e Leilões ou à Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.1.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.1.6. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR.
- 7.1.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600 e 3097-4646, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

#### 8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **8.1.** A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico os documentos de habilitação exigidos neste Edital até a data e horário marcados para abertura da sessão pública.
- **8.2.** Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente encaminhada.
- **8.3.** Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados:

#### 8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 8.4.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos, de acordo com o o tipo da empresa:
  - I. **Empresa individual**: Registro Comercial.
  - II. <u>Microempreendedor Individual</u> (MEI) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br:
  - III. <u>Sociedades Comerciais</u>: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial.
  - IV. <u>Sociedades por Ações</u>: Documentos de eleição dos atuais administradores, acompanhados da documentação mencionada na alínea anterior, deste subitem.
  - V. <u>Sociedades Civis</u>: Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da Diretoria em Exercício.
  - VI. <u>Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país</u>: Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.4.2. Estes documentos devem, de preferência, ser autenticados digitalmente, caso em que, sendo cópia simples, deverá ser apresentada a cópia autenticada no prazo definido neste edital no tópico quanto à apresentação da documentação original e da proposta.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### 8.5. REGULARIDADE FISCAL

#### 8.5.1. Prova de Inscrição

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

#### 8.5.2. <u>Certidões:</u>

- I. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- II. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, referente a débitos <u>inscritos</u> em Dívida Ativa (CRDA), emitida pela Procuradoria Geral do Estado;
- III. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- IV. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

#### 8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

- 8.6.1. Certidão Negativa de **Falência**, **Concordata**, **Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física:
  - I. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for **positiva**, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

#### 8.7. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 8.7.1. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, conforme anexo IV:
- 8.7.2. Declaração de enquadramento de ME/EPP, conforme **anexo V**;
- 8.7.3. Declaração de que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, conforme Anexo VI;
- 8.8. Os documentos relativos à habilitação, deverão ser digitalizados e adicionados, ATÉ A DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, através de transferência de eletrônica de arquivos (UPLOAD), na Plataforma, no formato preferencial "pdf" ou demais ("doc, xls, png ou jpg"), recomendando o limite de 6mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela Plataforma www.bll.org.br.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 8.8.1. Os documentos apresentados digitalmente no registro cadastral são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.
- 8.8.2. O Pregoeiro poderá solicitar a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade e autenticidade do documento digital.
- 8.8.3. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 8.8.4. A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando o edital, o pregoeiro ou a lei expressamente o exigir ou quando houver dúvida em relação a este.
- **8.9.** A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente edital, implicará na inabilitação da licitante.
- **8.10.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- **8.11.** Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966).
- **8.12.** Todas as certidões e documentos deverão ser apresentados na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados.
  - 8.12.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 8.13. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
  - 8.13.1. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de registro de preços, ou revogar a licitação.
- **8.14.** O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos "sites" dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

#### 9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- **9.1.** A proposta de preços deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, até data e horário definidos, conforme indicação constante deste edital
  - 9.1.1. A não anexação da proposta escrita digitalizada não inabilitará a licitante para participar do pregão.
  - 9.1.2. Por força da legislação vigente (Decreto 5.450/05, art. 24, §5º), <u>é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação</u>.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 9.1.3. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 9.1.4. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 9.1.5. Nos valores propostos, inclusive naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, serão o preço final, ou seja, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, sendo vedado o acréscimo de qualquer outro valor, a qualquer título, no preço final.
- 9.1.6. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste edital.
- 9.1.7. Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item (ns) de seu interesse;
- 9.1.8. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- 9.1.9. A declaração falsa relativa à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas legalmente e neste Edital.
- **9.2.** <u>Da proposta no sistema</u>: A licitante deverá consignar, na forma expressa e em campo próprio do Sistema eletrônico, as <u>informações abaixo referente à proposta</u>:
  - 9.2.1. **Preço unitário para cada item**, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, sendo aceitas até **duas casas decimais após a vírgula**;
  - 9.2.2. **Descrição detalhada** do objeto, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, devendo mencionar a **MARCA**, sob pena de desclassificação do item;
  - 9.2.3. **Prazo de validade da proposta** de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão deste Pregão Eletrônico;
  - 9.2.4. **Deverá ser informada** a existência de garantia de fábrica de 12 (doze) meses, com assistência técnica em um raio de 200km da cidade de Tabapuã/SP, com departamento de peças e reposição.
  - 9.2.5. **Deverá ser anexado** em "arquivos requeridos", na fase de apresentação da proposta, o <u>catálogo técnico do fabricante</u> de acordo com o mesmo do sítio eletrônico oficial para análise do atendimento das especificações.
    - A ausência deste documento implicará na desclassificação da proposta, ainda que haja a anexação do arquivo na etapa de habilitação, posto que os documentos desta etapa não são visíveis na fase de análise de propostas.
- **9.3. Da proposta física**: Deverá estar consignado na proposta a ser apresentada junto da documentação de habilitação, conforme **anexo II**:
  - 9.3.1. Identificação do Proponente;
  - 9.3.2. Dados Bancários:
  - 9.3.3. Dados do responsável para assinatura do contrato



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- **9.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
  - 9.4.1. A **não inserção do solicitado acima ou de informações** contendo as especificações e a marca do(s) produto(s) no campo próprio, bem como a falta de anexação de arquivo requerido no âmbito da proposta implicará na **desclassificação da licitante**, face à ausência de informação suficiente para classificação e análise da proposta;
  - 9.4.2. Será desclassificada a proposta caso seja requerida a anexação no campo próprio do sistema de documentos (a exemplo de: catálogos, ficha técnicas) para viabilizarem a análise da conformidade do objeto à proposta e estes não sejam apresentados, posto que, na fase de análise da proposta, não é aberta vista da documentação apresentada nos campos de habilitação;
  - 9.4.3. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I e no edital;
- **9.5.** Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- **9.6.** O Pregoeiro deverá **suspender** a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, perdurará por mais de um dia tendo em vista a quantidade de itens ou complexidade destes.
  - 9.6.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e horário previstos para o início da oferta de lances.
- **9.7.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- **9.8.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da licitante, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- **9.9.** A(s) licitante(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

#### 10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- **10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, iniciando-se com a abertura e exame das propostas.
- **10.2.** Ao término do prazo definido para credenciamento e recebimento das propostas, encerra-se, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- **10.3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens (chat), em campo próprio do sistema eletrônico.
- **10.4.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou com o art. 48 da Lei 8.666/93.
  - 10.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 10.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- **10.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **10.6.** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

#### 11. DA FASE COMPETITIVA

- **11.1.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances e deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
  - 11.1.1. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
  - 11.1.2. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
  - 11.1.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
  - 11.1.4. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
  - 11.1.5. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.
  - 11.1.6. Na hipótese da empresa licitante não conseguir ofertar o menor preço, conforme redução mínima prevista, a mesma poderá apresentar lances intermediários para deixar registrado na ata para fins de classificação e para eventual convocação ocasionada por inabilitação das empresas classificadas provisoriamente em melhores colocações ou se ocorrer liberação do fornecimento.
  - 11.1.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 11.1.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  - 11.1.9. A redução mínima entre os lances deverá ser de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
  - 11.1.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.
  - 11.1.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 11.2. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
  - 11.2.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades legais cabíveis.
  - 11.2.2. Fica a critério do pregoeiro a autorização da **correção de lances** com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
  - 11.2.3. Fora da situação mencionada no item anterior, após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante para o item/lote alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer outro equívoco da mesma natureza.
  - 11.2.4. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante aduzindo em defesa, causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 11.3. As sanções previstas para os pedidos de desclassificação que ocasionarem o retardamento da execução de seu objeto, ou que por outra razão não mantiver a proposta, será de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme regra o artigo 7º da lei 10.520/2002.
- **11.4.** Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo de vários lotes da mesma licitação, quando for o caso.
  - 11.4.1. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial, se assim desejar.
- 11.5. No caso de **desconexão** com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
  - 11.5.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- **11.6.** O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, realizado pelo sistema eletrônico.
- **11.7.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 11.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 11.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **11.8.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente**.
  - 11.8.1. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
  - 11.8.2. O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.
- 11.9. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.
- **11.10.** Nessas condições, as propostas de **microempresas e empresas de pequeno porte** que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas **empatadas** com a primeira colocada.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 11.10.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.10.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.10.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **11.11.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase.
- **11.12.** Havendo eventual **empate** entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n.º 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
  - 11.12.1. No país;
  - 11.12.2. Por empresas brasileiras;
  - 11.12.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País:
  - 11.12.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
  - 11.12.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.13. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital:
- **11.14.** O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 11.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
  - 11.15.1. A **negociação** será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **11.16.** Após a **negociação** do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e **julgamento da proposta**.

#### 12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

**12.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- **12.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexeguível.
  - 12.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **12.3.** No **julgamento das propostas**, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
  - 12.3.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei n.º 8.666/93).
  - 12.3.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
  - 12.3.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 12.3.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.
  - 12.3.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características complementares do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 12.3.6. **Não será aceito** o envio de documentos na forma do item acima quando exigidos expressamente no edital sua inclusão no campo próprio do sistema relativo a apresentação da proposta, a exemplo de catálogos, folhetos, fichas técnicas, cuja ausência implicará a desclassificação.
- **12.4.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **12.5.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **12.6.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

#### 13. DO EXAME DA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

**13.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php);
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- d) Relação de Apenados publicada no Diário Oficial do Estado através da pesquisa de Impedimento de Contratos/Licitações no seguinte endereço eletrônico: (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados).
- 13.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens a, b e c acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
- **13.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.
- **13.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- **13.5.** Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- **13.6.** Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 15 (quinze) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.
- 13.7. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta dentro do prazo estabelecido, ou seja, até a abertura da sessão, acarretará na desclassificação e/ou inabilitação da licitante, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- 13.8. Atendidas todas as condições de participação, o Pregoeiro passará a análise dos documentos de habitação, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital. A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante atende às exigências deste edital quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira e demais exigidas.
- **13.9.** Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a licitante será declarada vencedora.
- **13.10.** A proposta final será considerada de acordo com as ocorrências documentadas nos autos e será levada em consideração o valor finalizado e constante em ata da sessão pública e servirá para balizar a execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- **13.11.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- **13.12.** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

#### 14. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS E DA PROPOSTA ESCRITA

**14.1.** Finalizada a sessão pública será concedido prazo para <u>apresentação de</u> <u>documentos originais</u>, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

imprensa oficial, nos termos do art. 32, da Lei 8.666/93, dos documentos enviados, bem como a proposta escrita atualizada, devendo ser relacionados e apresentados na Divisão de Licitação e Contratos desta Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, Setor de Licitações e Contratos, localizada na Av. Rodolfo Baldi, n.º 817, Centro, CEP: 15880-000, Tabapuã/SP, das 08h30min às 11h30min e das 13h às 16h, em até **03 (três) dias úteis**, prorrogáveis à critério da Administração Pública, após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

- 14.1.1. Em caso de cópia simples, deverá esta ser acompanhada do original para que seja autenticada por servidor da Administração no ato de apresentação ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 14.1.2. Será aceita a **autenticação digital** feita por cartório competente ou equivalente para fins de certificação de documentação de habilitação, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 14.1.3. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICPBrasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 14.1.4. A licitante participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.
- 14.1.5. A critério do Pregoeiro, desde que devidamente justificado, o prazo para entrega física dos documentos poderá ser prorrogado.
- **14.2.** Objetivando a segurança e a integridade dos documentos apresentados, recomenda-se que sejam numerados e rubricados em todas as folhas.
- 14.3. A proposta escrita deverá ser enviada em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, devidamente datada
- **14.4.** Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

#### 15. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

- **15.1.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimento ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para recebimento das propostas, conforme art. 24, §1 da Lei 10.024/2019.
- **15.2.** Os pedidos de providência, as impugnações ao edital e seus anexos deverão ser formalizados por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, protocolados no Paço Municipal, situado na Av. Rodolfo Baldi, n.º 817, Centro, CEP: 15880-000, das 08h30min às 11h30min.
  - 15.2.1. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 15.2.2. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação (s) do ato convocatório do PREGÃO, além da (s) alteração (s) decorrente (s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.
- 15.3. Os pedidos de esclarecimentos podem ser formalizados por meio de e-mail enviado do Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Tabapuã (licitação@tabapua.sp.gov.br).
  - 15.3.1. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.
  - 15.3.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos e demais assessorias que verificar necessárias, podendo o prazo ser prorrogado ante as diligências.
  - 15.3.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- **15.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

#### 16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 16.1. Dos atos do Pregoeiro cabe recurso. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o pregoeiro registrará via chat a data e horário que será aberto à possibilidade para manifestação de interesse em apresentar recursos, no qual, abrirá prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.
  - 16.1.1. A manifestação da intenção de recorrer deve ser formalizada em campo específico do sistema de licitações da plataforma.
  - 16.1.2. O licitante deverá indicar contra qual (s) decisão (s) pretende recorrer e por quais motivos.
  - 16.1.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará decadência do direito de recurso.
- **16.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 16.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- **16.3.** O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes classificados e desclassificados.
- 16.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir do primeiro dia útil seguinte à manifestação da intenção de recurso, o prazo de 03 (três) dias para incluir peça recursal, bem como razões e demais documentos no campo próprio, via upload, exclusivamente no sistema de licitações.
- **16.5.** Os demais licitantes ficarão, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-se assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- **16.6.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- **16.7.** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- **16.8.** Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentados à autoridade competente;
- **16.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital e não poderão ser retirados do endereço.
- **16.10.** Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório;

#### 17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **17.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
  - 17.1.3. Casos em que, para análise da proposta ou documentos de habilitação, o pregoeiro verificar a necessidade de suspensão da sessão para diligências;
- **17.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 17.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório, sendo de exclusiva responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das convocações.

#### 18. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **18.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor **recurso**, por parte da (s) proponente (s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao **PREGOEIRO adjudicar** o (s) objeto (s) do certame à (s) proponente (s) vencedora (s).
- **18.2.** Existindo recurso (s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do (s) mesmo (s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do (s) objeto (s) do certame à (s) proponente(s) vencedora(s).
- **18.3.** A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.
- **18.4.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da (s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato ou documento equivalente.

#### 19. CONTRATAÇÃO

**19.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 19.2. O(s) adjudicatário(s) terá(o) o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação expedida pelo setor competente, para comparecer para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no endereço Av. Rodolfo Baldi, nº 817, bairro Centro, na cidade de Tabapuã/SP, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
  - 19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
  - 19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, pela Administração.
- **19.3.** O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato, bem como conservá-las durante toda a sua execução.
- **19.4.** Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.
- **19.5.** Na hipótese de convocação dos licitantes remanescente no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada.
- **19.6.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.
- **19.7.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

#### 20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- **20.1.** O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.
- **20.2.** O prazo contratual, obedecidas as normas legais e regulamentares, poderá ser prorrogado na hipótese de alteração do cronograma de entregas, atendidas a conveniência e a oportunidade administrativas.
- **20.3.** A obrigação da CONTRATADA garantir a qualidade do produto entregue, pelo prazo da respectiva validade, subsistirá mesmo que se tenha atingido o termo final do prazo contratual.

#### 21. DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

**21.1.** Os preços estabelecidos serão irreajustáveis.

#### 22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 22.1. A máquina, objeto desta licitação, deverá ser entregue em até 180 (cento e oitenta) dias corridos a contar da data da Ordem de Compras.
  - 22.1.1. O prazo acima poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado e a critério da Administração Pública.
  - 22.1.2. A entrega deverá ocorrer no local especificado no Termo de Referência.
  - 22.1.3. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura Municipal.

- **22.2.** A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.
- **22.3.** A Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade do objeto contratados.
- **22.4.** Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omisso, não previsto no contrato, nas especificações e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os produtos em questão, aceitando, a CONTRATADA, todas as condições e métodos de controle e de verificação adotados pela
- **22.5.** As irregularidades deverão ser sanadas no prazo de dez dias, contados do recebimento pela Contratada da notificação por escrito.
  - 22.5.1. O prazo acima poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado e a critério da Administração Pública.
- **22.6.** As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada quanto à execução do objeto.
- **22.7.** Todos os produtos deverão atender as normas técnicas que regem seu segmento.
- **22.8.** O recebimento definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto.
- **22.9.** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

#### 23. DO PAGAMENTO

- **23.1.** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta Prefeitura Municipal.
- **23.2.** Para efeito de pagamento, a Contratada encaminhará os documentos de cobrança para o Setor de Contabilidade.
- 23.3. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- **23.4.** Caso a Contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.
- **23.5.** O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 23.6. O pagamento será efetuado, em favor da licitante vencedora por meio de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV) em nome da CONTRATADA, conforme dados bancários fornecidos.
- **23.7.** Em se tratando de verbas oriundas de recurso Federal, os pagamentos somente serão efetuados à contratada com a liberação das respectivas verbas ou repasses de Convênio Federal.
- 23.8. Os pagamentos serão efetuados em parcela única a favor da licitante vencedora em até trinta dias após a liberação do recurso Federal, desde que devidamente apresentada a nota fiscal e efetivada a entrega do objeto do certame.
- 23.9. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, multas relativas ao objeto do certame etc.

#### 24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **24.1.** De conformidade com o art. 86 da Lei nº 8.666/93, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Tabapuã, à multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso.
- **24.2.** A multa prevista no item anterior será descontada dos créditos que a CONTRATADA possuir com o CONTRATANTE, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive as multas previstas a seguir.
- **24.3.** Nos termos do disposto no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto que lhe for adjudicado, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, mediante publicação no Diário Oficial do Estado as seguintes penalidades:
  - 24.3.1. Advertência em simples irregularidades que não apresentam prejuízo efetivo de ordem administrativa à Contratante, exceto situações previstas em outros locais do presente edital;
  - 24.3.2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor do pedido representado pela Nota de Empenho/Autorização de Compras, por dia, na hipótese de atraso injustificado da entrega do bem, sendo aplicada em dobro nas reincidências, sem prejuízo dos descontos e indenizações. A presente multa será aplicada também nos dias de atraso nas substituições de produtos que não estejam em conformidade com o objeto licitado;
  - 24.3.3. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato, pelo descumprimento de qualquer outra disposição do edital e seus anexos;
  - 24.3.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão do mesmo por culpa do contratado, sem prejuízo da suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tabapuã, por um ano;
  - 24.3.5. Declaração de inidoneidade nas hipóteses que caracterize fraude ou outro evento criminoso diretamente relacionado com a execução de contrato.
- **24.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar ou não sua decisão, dentro do mesmo prazo;
- 24.5. Se a CONTRATADA não recolher ao CONTRATANTE o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será esta encaminhada para inscrição na Dívida Ativa.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 24.6. Será considerado valor total deste Contrato, para efeitos de aplicação das multas previstas nos itens desta cláusula, o somatório dos valores constantes nas Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA até a data da aplicação da respectiva penalidade.
- **24.7.** O prazo de apresentação de recurso referente à aplicação das penalidades será de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.
- 24.8. As multas de que trata o presente subitem não tem caráter compensatório, porém moratório e seu pagamento não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Contratante ou a terceiros, não impedindo, em qualquer caso, que esta opte pela rescisão contratual.
- **24.9.** Ficará impedido de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ, pelos prazos abaixo previstos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, quando:
  - 24.9.1. Deixar de entregar documento de habilitação exigido para o certame: impedimento de contratar com a Administração por 03 (três) anos;
  - 24.9.2. Apresentar documentação falsa exigida para o certame, fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: impedimento de contratar com a Administração por 05 (cinco) anos;
- **24.10.** A aplicação da penalidade capitulada no item anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993 e previstas neste Edital.

#### 25. <u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>

- **25.1.** As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as licitantes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.
- **25.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 25.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.
- **25.4.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- **25.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da licitante, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.
- **25.6.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.
- **25.7.** Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- **25.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação





Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- **25.9.** Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.
- **25.10.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente do Foro da Comarca de Tabapuã, Estado de São Paulo.

Município de Tabapuã/SP, 20 de julho de 2022.

SILVIO CESAR SARTORELLO Prefeito Municipal

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2022 Processo de Licitação nº 104/2022

- 1. DO OBJETO: O objeto da presente licitação é a aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021- Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes neste Termo de Referência
- 2. JUSTIFICATIVA: A aquisição de máquina irá promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, com o emprego de técnicas que possibilitem conjugar maior produtividade. Inclui ações destinadas a garantir o abastecimento de produtos agropecuários e de incentivo ao cooperativismo rural, através do Programa de Fomento ao Setor Agropecuário 20ZV, com o objetivo de atenderem serviços de recuperação de solo, preparos de áreas, para plantio, terraços, colheita e construção, recuperação e conservação de estradas.

#### 3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 3.1. Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.
- 3.2. O valor estimado é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).
- 3.3. Segue quadro com quantitativo estimado e descrição do produto.

Item	Especificações	Unidade	QT
01	RETROESCAVADEIRA, NOVA, 0KM, MODELO 4X4 TURBO, EQUIPADA COM MOTOR TURBO DIESEL DE 4 CILINDROS, NO MÍNIMO DE 4.4L E POTÊNCIA BRUTA MAIOR OU IGUAL A 92 HP, DE ACORDO COM A NORMA DE BAIXA EMISSÃO DE POLUENTES MAR-1/TIER 3, TUBO DE ESCAPE EM AÇO INOX; CHASSI MONOBLOCO EM PEÇA ÚNICA INTEGRALMETE SOLDADO; CAÇAMBA DIANTEIRA DE NO MÍNIMO 1,0 M³ DE CAPACIDADE COM NO MÍNIMO DOIS CILINDROS DE BASCULAMENTO; SISTEMA RETRO COM CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 30° REFORÇADA COM DENTES LATERAIS DE CORTE E PROTEÇÃO, ESTABILIZADORES LATERAIS COM VÁLVULAS DE RETENÇÃO; CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO "ROPS" (A PROVA DE CAPOTAMENTO) E "FOPS" (CONTRA QUEDA DE MATERIAL) COM PARÁ-BRISA, LIMPADOR, ESGUICHO DE ÁGUA, BANCO COM SUSPENSÃO, PAINEL DE INSTRUMENTOS LATERAL, 4 MARCHAS A FRENTE E 4 A RÉ; EIXO DIANTEIRO COM SISTEMA DE TORQUE PROPORCIONAL E ARTICULAÇÕES DE RODA APOIADAS SOBRE ROLAMENTOS; FREIO DE SERVIÇO A BANHO DE ÓLEO; FREIO DE ESTACIONAMENTO/EMERGÊNCIA A DISCO SECO TOTALMENTE INDEPENDENTE; SISTEMA ANTI-FURTO; KIT DE FERRAMENTAS COM BOMBA DE GRAXA, CALIBRADOR DE PNEUS E CHAVE DE RODA; PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 6.000 KG; GARANTIA DE 12 MESES SEM LIMITE DE HORAS PARA O EQUIPAMENTO E PARA O MOTOR, CONFORME CERTIFICADO DE GARANTIA DA FABRICANTE. CATÁLOGO DE PEÇAS E MANUAL DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM PORTUGUÊS.	Un.	01

#### 4. PRAZO DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

4.1. A entrega do objeto deverá ser efetuada no Pátio Municipal Deivid Antônio Chiapesan, na Av. Waldemiro Nazário Ferreira, 1.657, município de Tabapuã/SP, no horário das 08h:00min às



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

11h:00min.

4.2. A entrega do objeto deverá ser entregue conforme competente ordem de compra no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua emissão.

#### 5. DO RECEBIMENTO

- 5.1. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas:
  - 5.1.1.Os bens serão recebidos provisoriamente no ato de sua execução, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.
  - 5.1.2.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis à critério da Administração Pública, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
  - 5.1.3.Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
  - 5.1.4.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### 6. GARANTIA DA MÁQUINA/EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.1. O prazo de garantia das máquinas/equipamentos deverá ser o de fábrica, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses da entrega do objeto. A garantia do fabricante deverá obrigatoriamente incluir todas as despesas, como peças e mão-de-obra, de acordo com a especificação do fabricante.
- 6.2. Caso o objeto apresente avarias ou defeitos, é dever substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, prorrogáveis à critério da Administração Pública;
- 6.3. Deverá existir rede autorizada de assistência técnica da marca do equipamento, que está sendo proposto no raio de 200 km da cidade de Tabapuã/SP, com departamento de peças e reposição.

Prefeitura Municipal de Tabapuã, 19 de julho de 2022.

(assinado no original)

MATHEUS AUGUSTO BERTELLI FERRAREZI

Engenheiro Civil

Gerente Municipal de Convênios e Contratos



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### (em papel timbrado do licitante)

#### ANEXO II MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022
Processo de Licitação nº 104/2022

**OBJETO**: Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021-Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Apresentamos a nossa proposta de preços para o fornecimento de máquina retroescavadeira, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Item	Descrição	QT	Un	Valor unit	Valor Total	Marca

- I O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura da sessão para recebimento e análise das propostas.
- II Declaramos que o VALOR DE CADA ITEM E O TOTAL DA PROPOSTA é irreajustável, e nele estão incluídos:
  - a) os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais;
  - b) as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e,
  - c) todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.
- **III** Declaramos, ainda, que a máquina possui **garantia de 12 (doze) meses** da fábrica e que há rede autorizada de assistência técnica da marca do equipamento, com departamento de peças e reposição, em um raio de 200km do município de Tabapuã, estado de São Paulo, e que assumimos a responsabilidade sobre a execução da garantia nas condições exigidas no edital.
- IV Declaramos, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Anexo I Termo de Referência.
- V Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do **Edital do Pregão** e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.
- OBS: A proposta deverá estar acompanhada do catálogo técnico ilustrativo e/ou cópia da página do site do fabricante do bem cotado, com identificação do mesmo, em português ou traduzidos, compatíveis e adequados às especificações técnicas do



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

produto ofertado. A não apresentação do catálogo e/ou cópia da página do site do fabricante poderá acarretar na desclassificação do item e/ou proposta.

RAZÃO SOCIAL DO PROI	PONENTE:	
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CEP:	CIDADE: E	STADO:
E-MAIL:	TELEFONE:	
	FUDDEOA	
DADOS BANCÁRIOS DA	EMPRESA:	
NOME DO BANCO: AGÊNCIA Nº:		
CONTA CORRENTE Nº:		
Local, c	data de de	2022.
	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	_



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### (em papel timbrado do licitante)

#### **ANEXO III**

#### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

#### PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2022 PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 104/2022

**OBJETO**: Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021-Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereco completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.º .....e Inscrição Estadual sob n.º ....., representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º..... nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)..... portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF n.º..... a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ...... (indicação do órgão licitante), **no que se** referir ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2022, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestarse imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia .....

Local e data.

Assinatura

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### (em papel timbrado do licitante)

#### **ANEXO IV**

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ
At. – Pregoeiro e Equipe de Apoio

PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2022 PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 104/2022

**OBJETO**: Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021-Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

<u>DECLARAR</u>, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação e que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação da Licitação e que se compromete a cumprir com todos os termos.

Por ser verdade assina a presente.

...... de ...... de 2022.

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### (em papel timbrado do licitante)

#### ANEXO V

# DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2022 PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 104/2022

tante
tarito
tar n°
pelo
s nos
entos
.022.
.022.
•



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### (em papel timbrado do licitante)

#### **ANEXO VI**

# <u>DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA</u> CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ
At. – Pregoeiro e Equipe de Apoio

PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2022 PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 104/2022

**OBJETO**: Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021-Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

A emp	esa		_, com sede na
·		de	, Estado de
	CNPJ nº	, Inscriç	ão Estadual nº
	através de	seu represer	ntante legal,
	, CPF nº		, RG n <sup>o</sup>
,	DECLARA, para fins do d	lisposto no inciso V do	art. 27 da Lei n <sup>o</sup>
	e 1993, acrescido pela Lei r dezoito anos em trabalho sseis anos.		•
*Ressa aprendiz ( ).	l <b>va:</b> emprega menor, a pa	artir de quatorze anos	, na condição de
	, de	de 2022.	
_	(Assinatura do resp	•	
*Ressa	l <b>va:</b> emprega menor, a pa	de 2022. Donsável)	s, na condição (



TERMO DO CONTRATO Nº

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

DE FORNECIMENTO, DE FORMA

#### ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

FRACIONADA, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE

SI CELEBRAM O MUN	NICIPIO DE T	ABAPUÃ	E A EMPRI	ESA		·
Pelo presente instrum TABAPUÃ, pessoa jur 33, com sede à Aver Tabapuã, neste ato rep, portador(a) do CPF. CONTRATANTE,	rídica de Dire nida Rodolfo presentada pe nº e,	ito Público Baldi nº 8 elo(a) Prefe - e do RG r de	, inscrita no 17, Centro eito(a) Munio nº, o outro	o CNPJ sob , CEP: 15.8 cipal, o(a) Sr doravante de lado,	o nº 45.12 80-000, na : (a)esignada si a	8.816/0001- a cidade de mplesmente Empresa
=======================================			•			
sede à =======		,	,	,		
SP, neste ato represen do CPF. nº ======	•					•
contrato para aquisiçã produção agrícola e Plataforma + Brasil nº. da Agricultura, Pecuári Referência, com fulcro 10.024/2019 e subsidi Processo nº 104/2022 condições:	io de máquir pecuária, en 502782/2021 a e Abastecir o na Lei do F ariamente pe	na retroeso m atendim I, celebrad mento, con Pregão nº ela Lei nº	eavadeira n nento ao ( o entre o M forme espe 10.520/2002 8.666/93, e	ova para pr Convênio/Ma lunicípio de cificações co 2, na Lei do de acordo	omover e apa nº. 9º Tabapuã e onstantes c Pregão E com o que	incentivar a 15875/2021- o Ministério do Termo de letrônico n.º e consta no

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 – A CONTRATADA em decorrência da adjudicação que lhe foi feita no processo licitatório nº 104/2022, tendo por objeto a "Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021- Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência" compromete-se a fornecer os seguintes equipamentos, com as especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1						

- **1.2 -** O fornecimento do objeto deste Contrato obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:
- a) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2022;
- b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante do PREGÃO ELETRÔNICO.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 2.1 O equipamento objeto desta licitação deverá ser entregue no Pátio Municipal Deivid Antônio Chiapesan, localizada na Av. Waldemiro Nazário Ferreira, n.º 1.657, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da competente ordem de compra, correndo por conta da contratada todas as despesas de transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 2.2- No local determinado para a entrega do (s) equipamento (s), o servidor responsável promoverá a verificação da conformidade do objeto, expedindo no ato, o competente Termo de Recebimento, caso não seja apurado defeito ou incompatibilidade com as características mínimas do Anexo I, do edital precedente.
- 2.3- No ato da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal Fatura, bem como o Certificado de Garantia e outros documentos pertinentes, como plano de manutenção e manuais.
- 2.4- Só serão emitidos atestados de recebimento se o objeto entregue estiver plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.
- 2.5- O objeto deverá ter a garantia mínima de 12 (doze) meses, e neste período a empresa contrata deverá fornecer assistência técnica decorrente da garantia de forma gratuita.
- 2.6- A garantia do fabricante deverá obrigatoriamente incluir todas as despesas com a manutenção necessária, incluindo peças e mão-de-obra, de acordo com a especificação do fabricante e deverá possuir rede autorizada de assistência técnica da marca do equipamento, com departamento de peças e reposição, no raio de 200km da cidade de Tabapuã/SP.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- 3.1 Pela integral execução do presente ajuste, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$- \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), referente ao(s) item (s) sem qualquer reajuste ou correção monetária.
- 3.2. No valor total deste ajuste está incluído, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto do presente contrato, incluindo o risco referente à garantia.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- **4.1.** O pagamento será efetuado, em favor da licitante vencedora por meio de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV) em nome da CONTRATADA, conforme dados bancários fornecidos.
- **4.2.** Em se tratando de verbas oriundas de recurso Federal, os pagamentos somente serão efetuados à contratada com a liberação das respectivas verbas ou repasses de Convênio Federal.
- **4.3.** Após a liberação do recurso Federal, o pagamento será efetuado em parcela única em até 30 (trinta) dias, desde que devidamente apresentada a nota fiscal e efetivada a entrega o objeto do certame.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- **4.4.** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.
- **4.5**. Não será efetuado o pagamento através de duplicata ou boleto bancário.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- **5.1.** O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
- **5.2.** O prazo de vigência poderá ser alterado em virtude de necessidade pela CONTRATANTE, nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93, desde que justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1 – A despesa total estimada onerará os recursos orçamentários e financeiros, a saber:

Órgão:02 – Poder Executivo: 02.10.01-Diretoria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Rural – Programa: 20.606.0026.2069 – Promoção e Apoio às Atividades da Agricultura – Categoria Econômica da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

FONTE DE RECURSOS: 01 – Tesouro.

FONTE DE RECURSOS: 05-Transferências e Convênios Federais - 100.191 - Convênio MAPA n.º 915875-2021.

#### 7. - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Para o fiel cumprimento deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:
- a) fornecer à CONTRATADA, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;
- b) pagar à CONTRATADA na forma estabelecida neste instrumento, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- c) acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento deste instrumento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- d) exigir a apresentação de notas fiscais juntamente com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc., bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações;

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Para o fiel cumprimento deste Contrato a CONTRATADA se compromete a:
- a) atender as requisições da CONTRATANTE, fornecendo os produtos na forma estipulada neste instrumento e no edital do PREGÃO ELETRÔNICO;
- b) substituir às suas expensas os produtos que se apresentarem de má qualidade, dentro das condições de garantia estipuladas pelo distribuidor;



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- c) entregar os materiais requisitados nos locais indicados pela CONTRATANTE, obedecendo os prazos estipulados.
- d) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- f) credenciar junto a CONTRATANTE um representante e números de telefone e fax para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;
- g) indicar, a pedido da CONTRATANTE, telefone para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;
- h) responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- i) responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com a CONTRATANTE:
- j) manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- k) Responsabilizar-se pela garantia da máquina, com assistência técnica com departamento de peças e reposição, em um raio de 200km da cidade de Tabapuã/SP, no prazo de 12 (doze) meses a contar da entrega da máquina e indicar o local e contato da assistência técnica.

#### 9.- CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1 Durante o período de vigência, este Contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor da CONTRATANTE, a ser designado posteriormente, devendo este:
- a) promover a avaliação e fiscalização dos serviços, solicitando à CONTRATADA e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;
- b) atestar as notas fiscais da CONTRATADA para efeitos de pagamento;
- c) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.
- 9.2 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

- 10.1 O objeto deste instrumento será recebido pelo servidor designado para o acompanhamento do contrato, de forma provisória, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e perfeitas condições de funcionamento e segurança.
- 10.2 Caso o fornecimento seja executado em desacordo com o contrato e a proposta, a CONTRATADA terá prazo 10 (dez) dias para a troca do produto ou a reparação das incorreções.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - De conformidade com o art. 86 da Lei nº 8.666/93, o atraso injustificado na execução dos serviços objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Tabapuã, à multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso.



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

- 11.2 A multa prevista no item 11.1 será descontada dos créditos que a CONTRATADA possuir com o CONTRATANTE, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 11.3.
- 11.3 Nos termos do disposto no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto que lhe for adjudicado, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, mediante publicação no Diário Oficial do Estado as seguintes penalidades:
- a) advertência em simples irregularidades que não apresentam prejuízo efetivo de ordem administrativa à Contratante, exceto situações previstas em outros locais do presente edital;
- **b)** multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor do pedido representado pela Nota de Empenho/Autorização de Compras, por dia, na hipótese de atraso injustificado da entrega do bem, sendo aplicada em dobro nas reincidências, sem prejuízo dos descontos e indenizações. A presente multa será aplicada também nos dias de atraso nas substituições de produtos que não estejam em conformidade com o objeto licitado;
- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato, pelo descumprimento de qualquer outra disposição do edital e seus anexos;
- **d)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão do mesmo por culpa do contratado, sem prejuízo da suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tabapuã, por um ano;
- e) declaração de inidoneidade nas hipóteses que caracterize fraude ou outro evento criminoso diretamente relacionado com a execução de contrato.
- 11.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar ou não sua decisão, dentro do mesmo prazo;
- 11.5 Se a CONTRATADA não recolher ao CONTRATANTE o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será esta encaminhada para inscrição na Dívida Ativa.
- 11.6 Será considerado valor total deste Contrato, para efeitos de aplicação das multas previstas nos itens desta cláusula, o somatório dos valores constantes nas Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA até a data da aplicação da respectiva penalidade.
- 11.7 O prazo de apresentação de recurso referente à aplicação das penalidades será de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.
- 11.8 As multas de que trata o presente subitem não tem caráter compensatório, porém moratório e seu pagamento não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Contratante ou a terceiros, não impedindo, em qualquer caso, que esta opte pela rescisão contratual.
- 11.9. Ficará impedido de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ**, pelos prazos abaixo previstos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, quando:
- a) deixar de entregar documento de habilitação exigido para o certame: impedimento de contratar com a Administração por 03 (três) anos;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame, fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: impedimento de contratar com a Administração por 05 (cinco) anos;
- 11.10. A aplicação da penalidade capitulada no item anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas na Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993 e previstas neste Edital.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

- 12.2 Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:
- a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;
- b) constar do processo, a reincidência da CONTRATADA em ato faltoso, com esgotamento de todas as outras sanções previstas;
- c) ocorrer atraso injustificado, a juízo da CONTRATANTE, no fornecimento dos produtos;
- d) ocorrer falência, dissolução ou liquidação da CONTRATADA;
- e) ocorrer as demais infrações previstas na Lei nº 8.666/93.
- 12.3 Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo pertinente, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.
- 12.4 A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 12.5 A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PRERROGATIVAS

- 13.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, relativos ao presente Contrato e abaixo elencados:
- a) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- b) extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- d) fiscalização da execução do Contrato.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

14.1 - Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

15.1 - As partes declaram-se sujeitas às determinações da Lei nº 8.666/93, legislação complementar, aos preceitos de Direito Público, às cláusulas deste Contrato.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

16.1 - Fica eleita a Comarca de Tabapuã, Estado de São Paulo competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por e	starem	de acordo,	depois	de lido	e achado	confor	me, foi o	presente (	Contrato I	avrado
em 03 (	três) có	pias de igu	al teor e	e forma,	assinado	pelas p	oartes e	testemunh	as abaixo	).

Prefeitura Municipal de Tabapuã, de de 2	202	0	)	)	)	)	)	)	)	Ĺ	(	<u>'</u>	2	2	2	2	2	4	1								,	2	ź	ż	2	4	2	2	<u> </u>	<u>'</u>	<u>'</u>	2	2	<u> </u>	2	2	2	2	_	_	_	2	2	2	2	2	2	•												•	į	,	,	,				
--	-----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----------	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	----------	----------	----------	---	---	----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	--	--	--	--

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ CONTRATANTE





Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

NOME - Prefeito (a) Municipal

	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
1 <sup>a</sup>	
Nome:	
CPF n.:	
2 <sup>a</sup>	
Nome:	
CPF n.:	



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº xxx/2022; Respaldo legal: Processo de Licitação nº xxx/2022 – Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº xx/2022 Contratante: Município de Tabapuã/SP; CNPJ. nº 45.128.816/0001-33; Contratada: xxxxxxxxxxxx; Objeto: Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira nova para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021- Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência; Vigência: xx/xx a xx/xx/20xx; Valor Total R\$ xxxxx; Classificação Orçamentária: Órgão:02 – Poder Executivo: 02.10.01-Diretoria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Rural – Programa: 20.606.0026.2069 – Promoção e Apoio às Atividades da Agricultura – Categoria Econômica da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente. FONTE DE RECURSOS: 01 – Tesouro. FONTE DE RECURSOS: 05-Transferências e Convênios Federais - 100.191 – Convênio MAPA n.º 915875-2021; Data da assinatura: xx/xx/2022; NOME – Prefeito(a) Municipal de Tabapuã -PUBLIQUE-SE.

Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

#### **ANEXO VIII**

# TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE TABAPUÃ** CONTRATADO: CONTRATO N°

**OBJETO:** Aquisição de 01 (uma) máquina retroescavadeira para promover e incentivar a produção agrícola e pecuária, em atendimento ao Convênio/Mapa nº. 915875/2021-Plataforma + Brasil nº. 502782/2021, celebrado entre o Município de Tabapuã e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

ADVOGADO (S) / Nº OAB: (*)	
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificado	3:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
- 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Tabapuã, xx de xxx de 2022



Estado de São Paulo CNPJ.45.128.816/0001-33

AUTORIDADE MAXIMA DO ORGAO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF n⁰
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
<del></del>
Pelo CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF
Assinatura:
Pela CONTRATADA:
Nome:
Cargo:
CPF
Assinatura:
7 toomatara.
ORDENADOR DE DESPESA DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
, tooliidaatai
Advogado:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.
( ) i doditativo. maiodi quando ja constituido, informando, inclusivo, o endereço eletronico.